

Relatório de Acompanhamento do PAEL

1.º Trimestre de 2017

2017

ENQUADRAMENTO

A situação de crise económica e financeira que tem assombrado o país nos últimos anos, levou à necessidade de se estabelecerem metas de consolidação orçamental das contas públicas. Neste contexto, foi publicada a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso¹ (LCPA), que veio estabelecer um conjunto de regras aplicáveis aos subsectores regional e local. O Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho veio estabelecer os procedimentos necessários à operacionalização da LCPA.

Face às dificuldades apresentadas pelos Municípios, relativamente à aplicação dos normativos referidos, foi celebrado um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) onde foi definida a criação de uma linha de crédito para os Municípios Portugueses com o intuito de revitalizar as economias locais através da regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de março de 2012.

Na sequência do Memorando, foi publicada a Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Este programa veio estabelecer um regime excepcional e transitório de concessão de crédito, permitindo a execução e um plano de ajustamento financeiro para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização das dívidas vencidas à mais de 90 dias com referência à data de 31 de março de 2012.

De acordo com as diretrizes definidas, para efeitos de candidatura ao PAEL o Município da Sertã foi enquadrado no programa II, tendo-lhe sido identificada uma situação de desequilíbrio conjuntural.

¹ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

31/03/2017

Udw 2
10
sch

INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) veio possibilitar a candidatura a um empréstimo para pagamento de dívidas vinculando o Município da Sertão a um Programa de Ajustamento Financeiro que terá a mesma duração que o cronograma de amortização do empréstimo. Isto é, 14 anos.

O presente relatório visa apresentar informação referente à execução das medidas aprovadas no âmbito do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF).

O contrato de empréstimo no montante total de 2.130.876€ foi visado pelo Tribunal de Contas, a 11 de julho de 2013, encontrando-se em plena execução.

Uma vez em execução, o mesmo é acompanhado pela Assembleia Municipal, através de informação prestada pela Câmara Municipal, que aprovou o Plano de Ajustamento Financeiro e respetivos montantes contratualizados.

CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO (PAF)

Conforme disposto no artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto a monitorização e acompanhamento do PAEL é efetuada pela Assembleia Municipal através de informação prestada pela Câmara Municipal, integrando a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no plano.

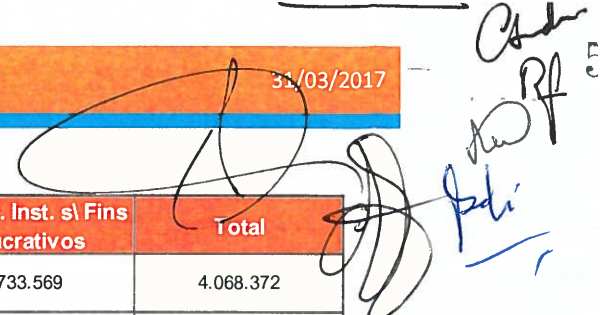
Neste contexto, apresenta-se o nível de execução das medidas aprovadas no âmbito do PAF.

Medidas na ótica da receita	Execução		Observações
	Implementada	Não Implementada	
Fixação dos preços cobrados nos setores do saneamento, água e resíduos, nos termos definidos nas recomendações da ERSAR;	X		Tendo em conta o contexto de crise económica que muito tem afetado o rendimento das famílias, os ajustamentos desta medida têm refletido a atualização do IPC de acordo com o previsto no regulamento;
Ajustamento de todas as taxas nos termos do preceituado na Lei n.º 53-E/2006, bem como, de todas as tarifas e preços praticadas pelo Município da Sertã em todos os seus setores;	X		Os ajustamentos propostos para esta medida têm-se refletido apenas ao nível das tarifas e preços de acordo com o previsto no respetivo regulamento (atualização com base no IPC ²);
Taxa do IMI	X		As reavaliações do património têm conduzido, desde 2012 a 2015, a sucessivos aumentos deste tipo de receita. Não obstante a quebra registada em 2016, a receita arrecada a este título tem superado a estimativa definida no PAF;

² Índice de Preços no Consumidor

Medidas na ótica da despesa	Execução		Observações
	Implementada	Não Implementada	
Revisão dos regulamentos de controlo interno;	X		Os regulamentos de controlo interno estão a ser revistos e adaptados progressivamente em função das necessidades e contingências;
Estabilização dos custos com o pessoal;	X		Os valores registados na rubrica "Custos c\ o Pessoal" têm cumprido as metas previstas no PAF.
Redução de 10% dos custos referentes a abonos variáveis ou eventuais;	X		Os valores registados na rubrica "Abonos variáveis ou eventuais" tem cumprido as metas previstas no PAF;
Redução em 10% nos montantes atribuídos a título de subsídios;	X		A meta prevista para esta medida apresenta um desvio face ao PAF;

O quadro que se apresenta de seguida, permite avaliar a poupança resultante da implementação das medidas definidas no PAF. De salientar que, o PAF tem como base os valores registados no ano de 2011, sendo este, o ano de referência para efeitos de avaliação das referidas medidas.



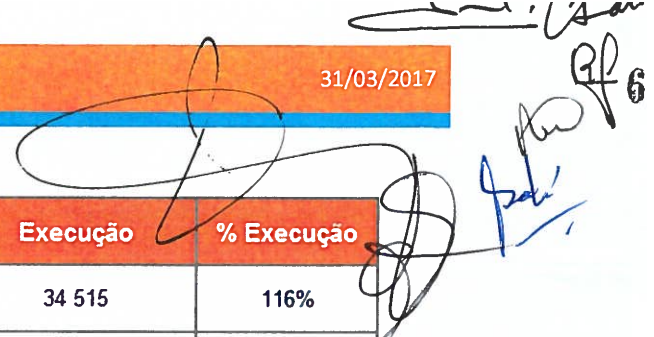
Descrição	Custos c\ Pessoal	Custos c\ Abonos Variáveis ou	Transf. Inst. s\ Fins Lucrativos	Total
2011	3.186.490	148.313	733.569	4.068.372
2012	2.760.899	116.622	766.776	3.644.298
Poupança Gerada 2011-2012	425.591	31.691	-33.208	424.074
2013	2.923.433	77.744	645.174	3.646.352
Poupança Gerada 2011-2013	263.057	70.569	88.394	422.021
2014	2.868.424	71.159	767.761	3.707.344
Poupança Gerada 2011-2014	318.067	77.154	-34.192	361.028
2015	2.846.914	76.930	820.032	3.743.876
Poupança Gerada 2011-2015	339.576	71.383	-86.464	324.496
2016	2.892.867	77.228	776.296	3.746.391
Poupança Gerada 2011-2016	293.624	71.086	-42.728	321.981

Não obstante o desvio verificado na rubrica "Transferências p\ Instituições sem Fins Lucrativos" a poupança gerada supera a estimativa constante do PAF.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

O quadro infra apresenta os valores executados da receita até ao final do 1.º trimestre de 2017.

Receitas Correntes	Dotação	Execução	% Execução
Impostos Diretos	1 715 200	49 173	3%
Impostos Indiretos	99 319	23 326	23%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	233 903	70 151	30%
Rendimentos de Propriedade	1 077 300	31 683	3%
Transferências Correntes	7 733 683	1 878 238	24%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 216 386	409 383	18%
Outras Receitas Correntes	110 350	3 392	3%
Total de Receitas Correntes	13 186 141	2 465 345	19%



Receitas Capital	Dotação	Execução	% Execução
Venda de Bens de Investimento	29 700	34 515	116%
Transferências de Capital	3 740 149	571 715	15%
Ativos Financeiros	100	0	0%
Passivos Financeiros	1 024 500	0	0%
Outras Receitas de Capital	200	0	0%
Total de Receitas de Capital	4 794 649	606 230	13%

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O quadro infra apresenta os valores executados da despesa até ao final do 1.º trimestre de 2017.

Despesas Correntes	Dotação	Execução	% Execução
Despesas com o Pessoal	4 079 314	871 066	21%
Aquisição de Bens e Serviços	5 601 850	737 203	13%
Juros e Outros Encargos	83 118	6 396	8%
Transferências Correntes	1 678 369	352 261	21%
Subsídios	96 000	0	0%
Outras Despesas Correntes	31 237	12 587	40%
Total de Despesas Correntes	11 569 888	1 979 513	17%

Despesas de Capital	Dotação	Execução	% Execução
Aquisição de Bens de Capital	7 295 410	499 044	7%
Transferências de Capital	377 560	0	0%
Ativos Financeiros	97 151	0	0%
Passivos Financeiros	445 093	113 099	25%
Outras Despesas de Capital	2 000	0	0%
Total de Despesas de Capital	8 217 214	612 143	7%

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

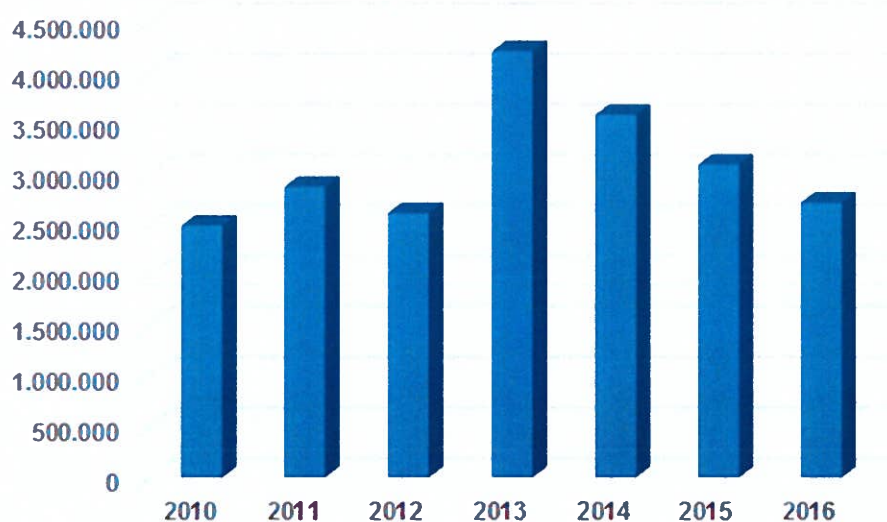
Os quadros e gráficos seguintes refletem a evolução da dívida do Município nos últimos 7 anos seguinte

Evolução da Dívida a Instituições Bancárias

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Empréstimos de MLP	2.485.424	2.869.777	2.607.360	4.210.932	3.580.126	3.088.730	2.711.943

Valores registrados em 31 de dezembro de cada ano

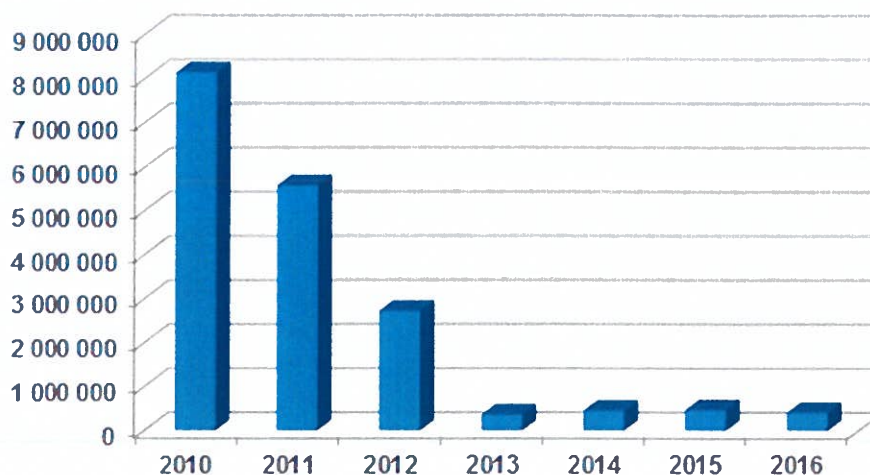
Empréstimos de MLP



Evolução da Despesa Comprometida e das Dívidas a Terceiros

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa comprometida e não faturada	1 137 735	763 138	1 202 841	1 064 073	1 352 204	922 137	1 260 880
Despesa faturada e não paga	8 122 799	5 568 402	2 717 747	358 182	449 097	465 849	407 288

Evolução da dívida a fornecedores



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contratação do empréstimo no âmbito do PAEL permitiu ultrapassar a situação de desequilíbrio financeiro conjuntural na qual se encontrava o Município da Sertã. Com este empréstimo foi possível alcançar os objetivos previstos no PAEL, nomeadamente:

- O ajustamento dos regulamentos de controlo interno do Município adaptando-os às novas necessidades e desafios dos serviços, bem como às novas leis atualmente em vigor (exemplo: LCPA), o que permite promover a eficácia e eficiência dos serviços.
- A otimização da receita própria, através do aperfeiçoamento de processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como, ao nível da aplicação de coimas e da promoção de processos de execução fiscal.
- A intensificação do ajustamento municipal nos primeiros cinco anos de vigência do PAEL, sentida através das medidas implementadas no âmbito do PAF.

Neste sentido, conclui-se que o PAEL permitiu solver o passivo financeiro de curto prazo, reduzir o prazo médio de pagamentos. Este cenário permitiu o reequilíbrio das contas do

Município assistindo-se em termos globais à redução da dívida e ao cumprimento do princípio basilar da LCPA: *"A execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso"*.

Por fim, importa evidenciar que, para que o PAF tenha boa execução, para o seu período de vigência, existe a necessidade permanente de: tomar medidas de contenção de despesa (corrente e de capital); definir as despesas de capital a serem executadas pelo Município, nos próximos anos, de forma a diminuir os desvios face ao PAF aprovado; a contenção da despesa deverá estar ajustada com o cumprimento integral dos pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamentos (PMP), para que continuem a respeitar os limites legais.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)
QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município:

Será

Data:

31/12/2017

Descrição	2011	2012 real	Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2013	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2014	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2015	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2016	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2017	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
						2013	(acumulado)			2014	(acumulado)			2015	(acumulado)			2016	(acumulado)			2017	(acumulado)		
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	125.822,24	135.677,61	135.677,61	0,00		402.087,67	337.295,88	-64.791,79		402.087,67	413.975,00	11.887,33		409.867,97	1.092.690,51	682.822,54		579.441,32	454.899,98	-124.541,34		870.026,84	1.805.911,83	935.884,99	
A2. Reposições não abaidas nos pagamentos	269,01	5.198,15	5.581,09	382,94		0,00	1.659,86	1.659,86		0,00	1.710,74	1.710,74		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	129,84	129,84	
A3. Receita efetiva	14.491.350,86	15.217.868,99	14.290.496,27	-927.372,72		13.628.576,61	12.769.254,82	-859.321,79	Os atrasos nos reembolsos da comparticipação FEDER de projetos aprovados condicionam o aumento da receita de capital em particular e a receita efetiva no geral.	13.628.576,61	13.515.239,86	-113.336,75	Os atrasos nos reembolsos da comparticipação FEDER de projetos aprovados condicionam o aumento da receita de capital em particular e a receita efetiva no geral.	13.628.576,61	13.095.506,85	-533.069,76	Os atrasos nos reembolsos da comparticipação FEDER de projetos aprovados condicionam o aumento da receita de capital em particular e a receita efetiva no geral.	13.628.576,61	14.317.829,34	689.252,73	Os atrasos nos reembolsos da comparticipação FEDER de projetos aprovados condicionam o aumento da receita de capital em particular e a receita efetiva no geral.	13.628.576,61	3.071.574,34	-10.557.002,27	
A3.1. Receita corrente	10.534.977,13	10.327.471,50	10.020.255,28	-307.216,22	A atual conjuntura económica e financeira não é favorável à evolução crescente de receita	9.952.830,22	11.193.528,88	1.240.698,66		9.952.830,22	12.530.429,33	2.577.599,11		9.952.830,22	11.813.076,76	1.860.246,54		9.952.830,22	12.774.562,03	2.821.731,81		9.952.830,22	2.465.344,82	-7.487.485,40	
A3.2. Receita capital e ativos e passivos financeiros da gestão	3.956.373,73	4.890.397,49	4.270.240,99	-620.156,50		3.675.746,39	1.575.725,94	-2.100.020,45		3.675.746,39	984.810,53	-2.690.935,86		3.675.746,39	1.282.430,09	-2.393.316,30		3.675.746,39	1.543.267,31	-2.132.479,08		3.675.746,39	606.229,52	-3.069.516,87	
A3.2.1. Venda de bens de investimento	274.712,67	28.152,50	16.435,00	-11.717,50		147.326,74	0,00	-147.326,74	O atual cenário de crise económica e financeira não é propício a venda de bens de investimento	147.326,74	0,00	-147.326,74	O atual cenário de crise económica e financeira não é propício a venda de bens de investimento	147.326,74	37.919,74	-109.407,00	O atual cenário de crise económica e financeira não é propício a venda de bens de investimento	147.326,74	21.715,35	-125.611,39	O atual cenário de crise económica e financeira não é propício a venda de bens de investimento	147.326,74	34.515,00	-112.811,74	
A4. Despesa efetiva	14.691.953,01	16.185.666,80	13.832.042,36	-2.353.624,44		13.692.351,78	14.297.807,56	605.455,78		13.692.351,78	12.195.657,99	-1.496.693,79		13.013.149,08	13.146.926,16	133.777,08		13.002.243,59	12.494.931,51	-507.312,08		12.992.523,92	2.478.557,05	-10.513.966,87	
A4.1. Correntes	10.466.448,83	11.175.772,63	9.823.252,93	-1.352.519,70		9.338.364,08	10.775.407,64	1.437.043,56		9.338.364,08	9.581.019,82	242.655,74		8.659.161,38	9.617.798,99	958.637,61		8.648.255,89	9.767.676,89	1.119.421,00		8.638.536,22	1.979.513,24	-6.659.022,98	
A4.1.1. Juros	226.671,91	463.466,24	159.663,72	-303.802,52		214.146,06	327.083,88	112.937,82	O aumento verificado resultou da contratação do empréstimo PAEL	214.146,06	108.292,76	-105.853,30		127.142,31	85.659,80	-41.482,51		116.236,82	74.996,81	-41.240,01		106.517,15	6.396,33	-100.120,82	
a. Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00	No seguimento do esforço de contenção de despesa foi possível alcançar as reduções aqui evidenciadas	87.988,24	10.372,56	-77.615,68		87.988,24	55.002,16	-32.986,08		78.960,39	52.988,02	-25.980,37		74.158,51	48.790,68	-25.367,83		69.153,81	0,00	-69.153,81	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	226.671,91	60.650,05	61.068,14	418,09		53.359,01	32.604,96	-20.754,05		53.359,01	25.447,87	-27.911,14		38.382,61	20.756,03	-17.626,58		33.149,55	16.397,46	-16.752,09		29.325,13	6.280,12	-23.045,01	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	402.816,19	98.595,58	-304.220,61		72.798,81	284.106,36	211.307,55		72.798,81	27.842,73	-44.956,08		9.799,31	11.923,75	2.124,44		8.928,76	9.808,67	879,91		8.038,21	116,21	-7.922,00	
A4.1.2. Despesas com pessoal	4.282.970,00	3.586.377,29	3.533.753,94	-52.623,35		3.576.017,86	3.764.080,03	188.062,17	O aumento resultou de uma imposição legal, designadamente do pagamento do subsídio de férias e de Natal não previsto na estimativa do PAF.	3.576.017,86	3.768.608,90	192.591,04	O aumento resultou de uma imposição legal, designadamente alteração da taxa de descontos da CGA de 20% para 23,75%	3.576.017,86	3.714.907,99	138.890,13	O aumento resultou de uma imposição legal, designadamente alteração da taxa de descontos da CGA de 20% para 23,75% e também da alteração à legislação referente a reduções temporárias	3.576.017,86	3.821.144,86	245.127,00		3.576.017,86	871.066,02	-2.704.951,84	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financeiros)	4.225.504,18	5.009.894,17	4.008.789,43	-1.001.104,74		4.353.987,70	3.522.399,92	-831.587,78		4.353.987,70	2.614.638,17	-1.739.349,53		4.353.987,70	3.529.127,17	-824.860,53		4.353.987,70	2.727.254,62	-1.626.733,08		4.353.987,70	499.043,81	-3.854.943,89	
A5. Saldo global	-200.602,15	-967.797,81	458.453,91	1.426.251,72		-63.775,17	-1.528.552,74	-1.464.777,57		-63.775,17	1.319.581,87	1.383.357,04		615.427,53	-51.419,31	-666.846,84		626.333,02	1.822.897,83	1.196.564,81		636.052,69	593.017,29	-43.035,40	
A5.1. Saldo corrente	68.528,30	-848.301,13	197.002,35	-1.045.303,48		614.466,14	418.121,24	-196.344,90		614.466,14	2.949.409,51	2.334.943,37		1.293.668,84	2.195.277,77	901.608,93		1.304.574,33	3.006.885,14	1.702.310,81		1.314.294,00	485.831,58	-828.462,42	
A5.2. Saldo de capital	-269.130,45	-119.496,68	261.451,56	380.948,24		-678.241,31	-1.094.673,98	-1.268.432,67		-678.241,31	-1.629.827,64	-951.586,33		-678.241,31	-2.246.697,08	-1.568.455,77		-678.241,31	-1.183.987,31	-505.746,00		-678.241,31	107.185,71	785.427,02	
A6. Saldo primário	26.069,76	-504.331,57	618.117,63	1.122.449,20		150.370,89	-1.201.468,86	-1.351.839,75		150.370,89	1.427.874,63	1.277.503,74		742.569,84	34.240,49	-708.329,35		742.569,84	1.897.894,64	1.155.324,80		742.569,84	599.413,62	-143.156,22	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	-174.245,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	-12.000,00	-12.000,00		0,00	-95.150,00	-95.150,00		0,00	-95.152,00	-95.152,00		0,00	0,00	0,00	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	174.245,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	12.000,00	12.000,00		0,00	95.150,00	95.150,00	Resultante de imposição legal (FAM)	0,00	95.152,00	95.152,00	Resultante de imposição legal (FAM)	0,00	0,00	0,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	384.353,51	1.229.009,72	-262.416,73	-1.491.426,45		64.059,65	1.603.572,00	1.539.512,35		64.059,65	-630.805,91	-694.865,56		-445.854,18	-491.395,99	-45.541,81		-335.747,50	-376.787,21	-41.039,71		-344.576,62	-113.099,25	231.477,37	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	842.805,55	1.691.593,83	199.980,20	-1.491.613,63		639.262,99	2.130.876,62	1.491.613,63		639.262,99	0,00	-639.262,99		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	458.452,04	462.584,11	462.396,93	-187,18		575.203,34	527.304,62	-47.898,72																	

[Handwritten signatures and initials]

PROGRAMA DE APOIO A ECONOMIA LOCAL (PAEL)
QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município:

Será

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores esperados (Indique apenas o aumento, em rubrica e 2011, resultado da implementação da medida)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida					
			2012						2013						2014				
			Valor ano	Peso /impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto			Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Desvio face ao previsto							
B.1 Aumento da receita																			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da repreciação dos tarifários	12-01-2012	1.430.354,30	277.859,94	19%	1.607.401,05	7%	Publicação no Diário da República a 11-01-2012		64.430,85	4%	1.652.909,26	8%	Publicação no Diário da República a 11-01-2012		64.430,85	4%	1.882.580,05	-5%	Publicação no Diário da República a 11-01-2012
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	23-01-2012	36.474,55	155.366,13	420%	174.418,36	9%	Publicação no Diário da República a 20-01-2012			0%	211.921,81	-18%	Publicação no Diário da República a 20-01-2012			0%	223.860,31	-25%	Publicação no Diário da República a 20-01-2012
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita																			
3.1 - Atribuição Geral de Impostos - Imposto Municipal s/ Imóveis	01-01-2012	566.794,95		0%	601.489,74	-2%				0%	930.158,73	-41%				0%	1.013.178,84	-54%	
3.2 - Atribuição das Rendas de Edifícios Municipais																			
... discriminar cada medida numa linha																			
Total Aumento de receita (B.1)		2.083.623,80	433.226,07						64.430,85						64.430,85				
B.2 Redução da despesa																			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais																			
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa		4.068.372,11	171.741,12		3.644.297,67				307.127,21		3.646.351,54				307.127,21		3.707.143,77		
5.1 - Redução despesas de funcionamento através da agregação de necessidades																			
Estabilização dos custos com o pessoal, nomeadamente ao nível das remunerações certas e permanentes (cumprimento do disposto na LOE)	01-09-2012	3.186.490,17	346.217,95	11%	2760.899,15	3%			346.217,95	11%	2.923.433,09	-3%			346.217,95	11%	2.868.423,66	-1%	
Redução de 10% da rubrica "Alugueres e honorários", nomeadamente, ao nível das ajudas de custo e horas extraordinárias	01-01-2013	148.313,43	44.719,11	30%	116.622,18	-13%			55.078,54	37%	77.44,25	17%			55.078,54	37%	71.159,43	24%	
Redução de 10% da rubrica "Instituições sem fins lucrativos", nomeadamente ao nível dos apoios concedidos a entidades diversas	01-01-2013	731.568,51	-219.195,94	-30%	766.763,34	2%			-94.169,28	-13%	643.174,20	22%			-94.169,28	-13%	767.760,68	7%	
5.2 - Redução de Subsídios e Transferências para terceiros																			
... discriminar cada medida numa linha																			
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		4.068.372,11	171.741,12						307.127,21						307.127,21				
B.3 Outras medidas																			
6. Informação referente a eventos, concursos públicos que se encontrem a decorrer (b)																			
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulta significativo impacto financeiro para o município (b)																			
8. Outras medidas (b)																			
... discriminar cada medida numa linha																			
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)																			
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)		6.121.995,91	604.967,19						371.558,06						371.558,06				

b) Indicação do tipo de impacto que podem ter - no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo, no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo
c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias

Município:

Data:

31/03/2017

Descrição das medidas	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida <i>(Indique apenas o aumento, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)</i>		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida <i>(Indique apenas o aumento, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)</i>		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida <i>(Indique apenas o aumento, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)</i>		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
	2015		2015				2016		2016				2017		2017			
	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto		
B.1 Aumento da receita																		
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reprecuação dos tarifários	64.430,85	4%	1.148.821,88	2%	Publicação no Diário da República a 11-01-2012		64.430,85	4%	1.147.312,79	3%	Publicação no Diário da República a 11-01-2012		64.430,85		409.383,16		Publicação no Diário da República a 11-01-2012	Não é possível avaliar o impacto da medida porque a execução respeita apenas ao 1.º trimestre
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município		0%	216.652,55	-21%	Publicação no Diário da República a 20-01-2012			0%	236.506,14	-32%	Publicação no Diário da República a 20-01-2012				70.151,15		Publicação no Diário da República a 20-01-2012	
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita																		
3.1 - Atribuição Geral de Impostos - Imposto Municipal (I. Imposto)		0%	1.039.396,83	-50%				162%	915.515,99	-39%					9.321,54			
3.2 - Atribuição das Rendas de Edifícios Municipais																		
... documentar cada medida numa linha																		
Total Aumento de receita (B.1)	64.430,85						64.430,85						64.430,85					
B.2 Redução da despesa																		
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais																		
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa	307.127,21		3.143.876,44				307.127,21		3.146.390,76				307.127,21		901.121,41			
5.1 - Redução despesas de funcionamento através da agregação de necessidades																		
Estabilização dos custos com o pessoal, nomeadamente ao nível das remunerações certas e permanentes (cumprimento do disposto na LOE)	346.217,95	11%	2.846.913,88	0%			346.217,95	11%	2.892.866,62	-2%			346.217,95		669.132,09			Não é possível avaliar o impacto da medida porque a execução respeita apenas ao 1.º trimestre
Redução de 10% da rubrica "Abonos variáveis ou eventuais", nomeadamente ao nível das ajudas de custo e horas extraordinárias	55.078,54	37%	76.930,46	17%			55.078,54	37%	77.227,92	17%			55.078,54		13.869,40			
Redução de 10% da rubrica "Instituições sem fins lucrativos", nomeadamente ao nível dos apoios concedidos a entidades diversas	-94.169,28	-13%	820.032,10	1%			-94.169,28	-13%	776.296,22	6%			-94.169,28		218.119,92			
5.2 - Redução de Subsídios e Transferências para terceiros																		
... documentar cada medida numa linha																		
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)	307.127,21						307.127,21						307.127,21		901.121,41			
B.3 Outras medidas																		
6. Informação referente a eventuais processos públicos que se encontram a decorrer																		
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulta significativo impacto financeiro para o município																		
8. Outras medidas																		
... documentar cada medida numa linha																		
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)																		
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)	371.558,06						371.558,06						371.558,06					

- b) Indicação do tipo de impacto que podem ter no caso de aumento de receitas indicar c
- c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medid

12

Paulo Costa

12

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

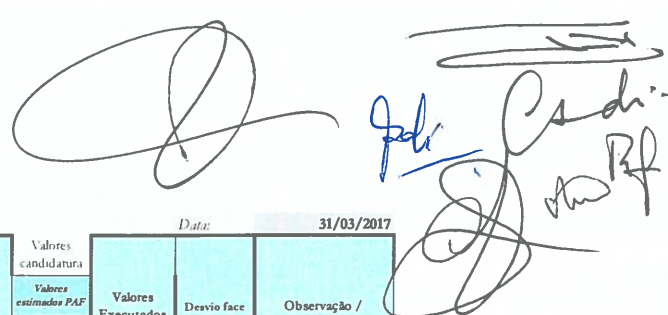
Muniçipio:

Serã

Data:

31/03/2017

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2016	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2017	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores operados					Valores estimados PAF				Valores estimados PAF				Valores estimados PAF				Valores estimados PAF				Valores estimados PAF			
	2011	2012 total				2013				2014				2015				2016				2017			
Receitas correntes	10.534.977,13	10.327.471,50	10.020.255,28	307.216,22		9.952.830,22	11.192.513,45	-1.239.683,23		9.952.830,22	12.530.429,33	-2.577.599,11		9.952.830,22	11.813.076,76	-1.860.246,54		9.952.830,22	12.774.562,03	-2.821.731,81		9.952.830,22	2.465.344,82	7.487.485,40	
Impostos directos	1.318.414,77	1.213.200,00	1.286.898,38	-73.698,38		1.253.665,00	1.561.651,91	-307.986,91		1.253.665,00	1.685.721,16	-432.056,16		1.253.665,00	1.707.380,36	-453.715,36		1.253.665,00	1.669.252,80	-415.507,80		1.253.665,00	49.172,91	1.204.492,09	
IMI	566.794,95	586.900,00	601.489,74	-14.589,74		659.065,00	930.158,73	-271.093,73	A receita arrecadada a este trib. superou em 25% o previsto no PAF.	659.065,00	1.013.178,84	-354.113,84		659.065,00	1.039.396,83	-380.331,83	A receita arrecadada a este trib. superou em 25% o previsto no PAF.	659.065,00	915.515,99	-256.450,99	A receita arrecadada a este trib. superou em 25% o previsto no PAF.	659.065,00	9.321,54	6.49.743,46	
IMT	370.339,40	320.200,00	295.423,15	24.776,85		310.800,00	170.855,29	139.944,71		310.800,00	221.477,07	87.322,93		310.800,00	196.789,36	114.010,70		310.800,00	224.608,35	86.191,65		310.800,00	17.575,13	293.224,87	
Demama	174.948,87	119.400,00	138.777,97	-19.377,97		94.600,00	138.187,43	-43.587,43		94.600,00	157.610,34	-63.010,34		94.600,00	196.616,02	-102.016,02		94.600,00	247.186,99	-152.586,99		94.600,00	0,00	94.600,00	
Chufas	206.331,35	186.700,00	251.207,52	-64.507,52		189.200,00	322.450,46	-133.250,46		189.200,00	291.454,91	-102.254,91		189.200,00	274.578,41	-85.378,41		189.200,00	281.941,47	-92.741,47		189.200,00	22.276,24	166.923,76	
Impostos indirectos	33.855,92	62.857,83	64.277,45	-1.419,62		67.812,43	105.573,54	-37.761,11		67.812,43	113.331,09	-45.518,66		67.812,43	108.628,28	-40.815,85		67.812,43	100.358,46	-32.546,03		67.812,43	23.325,76	44.486,67	
Taxas, multas e outras penalidades	36.474,55	191.840,68	175.279,77	16.560,91		178.932,58	211.921,81	-32.989,23		178.932,58	223.860,31	-44.927,73		178.932,58	216.652,75	-37.278,17		178.932,58	236.506,14	-57.573,56		178.932,58	70.151,15	108.781,43	
Taxas	33.386,92	186.309,72	170.420,15	15.889,57		176.132,58	202.593,25	-26.406,67		176.132,58	210.620,48	-34.487,90		176.132,58	194.800,85	-18.668,27		176.132,58	210.885,84	-34.753,26		176.132,58	49.111,76	127.029,82	
Multas	3087,63	5.530,96	4.859,62	671,34		2.800,00	9.382,56	-6.582,56		2.800,00	13.239,83	-10.439,83		2.800,00	21.851,90	-19.051,90		2.800,00	25.620,30	-22.820,30		2.800,00	21.039,39	-18.239,39	
Rendimentos da propriedade	896.921,78	1.294.353,71	1.045.112,19	159.241,52		1.032.396,47	1.262.741,78	-230.345,31		1.032.396,47	1.127.390,16	-94.993,69		1.032.396,47	1.080.944,47	-84.548,00		1.032.396,47	1.074.186,45	-41.789,98		1.032.396,47	31.682,59	1.000.713,88	
Transferências correntes	6.783.373,92	5.874.626,12	5.803.985,11	70.641,01		5.602.397,82	6.363.808,10	-761.410,28		5.602.397,82	7.468.370,60	-1.865.972,78		5.602.397,82	6.915.922,28	-1.313.524,46		5.602.397,82	7.907.639,52	-2.305.241,70		5.602.397,82	1.878.237,68	3.724.160,14	
Venda de bens e serviços correntes	1.450.354,30	1.728.214,24	1.607.401,05	120.813,19		1.792.645,09	1.652.909,26	139.735,83		1.792.645,09	1.882.580,05	-89.934,96		1.792.645,09	1.748.821,88	-43.823,21		1.792.645,09	1.747.312,79	-45.332,30		1.792.645,09	409.383,16	1.383.261,93	
Venda de bens	448.657,89	527.297,62	508.575,96	18.721,66		516.885,36	513.780,62	3.104,74		516.885,36	612.670,28	-95.784,92		516.885,36	566.239,81	-49.354,45		516.885,36	551.932,40	-35.047,04		516.885,36	111.598,28	405.287,08	
Serviços	981.580,13	1.178.816,62	1.088.766,94	90.049,68		1.260.950,09	1.114.186,12	146.763,97		1.260.950,09	1.250.650,59	10.299,50		1.260.950,09	1.164.419,57	96.530,52		1.260.950,09	1.173.430,39	87.519,70		1.260.950,09	289.684,88	971.265,21	
Rendas	20.116,28	22.100,00	10.058,15	12.041,85		14.809,64	24.942,52	-10.132,88		14.809,64	19.259,18	-4.449,54		14.809,64	18.162,50	-3.352,86		14.809,64	21.950,00	-7.140,36		14.809,64	8.100,00	6.709,64	
Outras receitas correntes	15.581,89	82.376,92	37.301,33	15.075,59		24.980,83	33.907,05	-8.926,22		24.980,83	29.175,96	-4.195,13		24.980,83	34.726,44	-9.745,71		24.980,83	39.305,87	-14.325,04		24.980,83	3.391,57	21.589,26	
Receitas de capital	4.799.179,28	6.581.991,32	4.470.221,19	2.111.770,13		4.315.009,38	3.706.602,56	608.406,82		3.675.746,39	984.810,53	2.690.935,86		3.675.746,39	1.282.430,09	2.393.316,30		3.675.746,39	1.543.267,31	2.132.479,08		3.675.746,39	606.229,52	3.069.516,87	
Venda de bens de investimento	274.712,67	28.152,50	16.435,00	11.717,50		147.326,74	0,00	147.326,74		147.326,74	37.919,74	109.407,00		147.326,74	37.919,74	109.407,00		147.326,74	21.715,35	125.611,39		147.326,74	34.515,00	112.811,74	
Terenos	24.195,00	25.452,50	16.435,00	9.017,50		22.067,90	0,00	22.067,90		22.067,90	34.106,75	-12.038,85		22.067,90	34.106,75	-12.038,85		22.067,90	21.715,35	352,55		22.067,90	34.515,00	-12.447,10	
Habitacoes	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Edificios	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros bens de investimento	250.517,67	600,00	0,00	600,00		125.258,84	0,00	125.258,84		125.258,84	0,00	125.258,84		125.258,84	0,00	125.258,84		125.258,84	0,00		125.258,84	0,00	125.258,84	0,00	
Transferências de capital	3.681.661,06	4.861.944,99	4.253.805,99	608.139,00		3.528.119,65	1.575.725,94	1.952.393,71		3.528.119,65	984.810,53	2.543.309,12		3.528.119,65	1.242.010,35	2.286.109,30		3.528.119,65	1.521.551,96	2.006.567,69		3.528.119,65	571.714,52	2.956.405,13	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.990.208,00	2.834.789,00	2.834.789,00	0,00		2.834.789,00	1.417.394,00	1.417.395,00		2.834.789,00	687.536,00	2.147.253,00		2.834.789,00	715.957,00	2.118.832,00		2.834.789,00	725.952,00	2.108.837,00		2.834.789,00	187.644,00	2.647.145,00	
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	</												



PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)
QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Será

Valores apresentados em candidatura

Data:

31/03/2017

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Devio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Devio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Devio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Devio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2016	Devio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2017	Devio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados					Valores estimados PAF				Valores estimados PAF				Valores estimados PAF				Valores estimados PAF				Valores estimados PAF			
	2011	2012 total				2013				2014				2015				2016				2017			
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	2.368,68	-2.368,68		0,00	0,00	0,00	
Freguesias	0,00	73.332,50	70.017,50	3.315,00		73.332,50	118.499,00	-45.166,50		73.332,50	157.571,86	-84.239,36		73.332,50	111.170,00	-37.837,50		73.332,50	73.780,00	-447,50		73.332,50	0,00	73.332,50	
Associações de municípios	0,00		0,00	0,00		93.148,10		93.148,10		93.148,10	82.499,78	10.648,32		93.148,10	0,00	93.148,10		93.148,10	0,00	93.148,10		93.148,10	0,00	93.148,10	
Instituições sem fins lucrativos	113.200,01	7.600,00	7.600,00	0,00		7.600,00	13.256,16	-5.656,16		7.600,00	232.171,70	-224.571,70		7.600,00	300.000,00	-292.400,00		7.600,00	56.329,21	-48.729,21		7.600,00	0,00	7.600,00	
Famílias	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	35.254,95	0,00	35.254,95		35.584,95	1.807,86	33.777,09		35.584,95	7.804,36	27.780,59		35.584,95	0,00	35.584,95		35.584,95	0,00	35.584,95		35.584,95	0,00	35.584,95	
Ativos financeiros	174.245,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	12.000,00	-12.000,00		0,00	95.150,00	-95.150,00		0,00	95.152,00	-95.152,00		0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	458.452,04	462.584,11	462.396,93	187,18		575.203,34	527.304,62	47.898,72		585.437,00	630.805,91	-45.368,91		445.854,18	491.395,99	-45.541,81		335.747,50	376.787,21	-41.039,71		344.576,62	113.099,25	231.477,37	
Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00		104.661,60	53.271,92	51.389,68		109.082,18	153.896,66	-44.814,48		113.689,45	153.896,66	-40.207,21		118.491,33	153.896,66	-35.405,33		123.496,03	71.738,80	51.757,23	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	458.452,04	462.584,11	462.396,93	187,18		470.541,74	474.032,70	-3.490,96		476.354,82	476.909,25	-554,43		332.164,73	337.499,33	-5.334,60		217.256,17	222.890,55	-5.634,38		221.080,59	41.360,45	179.720,14	
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de capital			0,00	0,00				0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	22.966,78	-22.966,78		0,00	0,00	0,00	
Total despesa	15.324.650,05	16.648.250,91	14.294.439,29	2.353.811,62		14.267.555,12	14.825.112,18	-557.557,06		13.621.080,79	12.838.463,90	782.616,89		13.459.003,26	13.733.472,15	-274.468,89		13.337.991,09	12.966.870,72	371.120,37		13.337.100,54	2.591.656,30	10.745.444,24	
Despesa corrente	10.466.448,83	11.175.772,63	9.823.252,93	1.352.519,70		9.338.364,08	10.775.407,64	-1.437.043,56		8.681.656,09	9.581.019,82	-899.363,73		8.659.161,38	9.617.798,99	-958.637,61		8.648.255,89	9.767.676,89	-1.119.421,00		8.638.536,22	1.979.513,24	6.659.022,98	
Despesa de capital	4.858.201,22	5.472.478,28	4.471.186,36	1.001.291,92		4.929.191,04	4.049.704,54	879.486,50		4.939.424,70	3.257.444,08	1.681.980,62		4.799.841,88	4.115.673,16	684.168,72		4.689.735,20	3.199.193,83	1.490.541,37		4.698.564,32	612.143,06	4.086.421,26	
Saldo (Receita - Despesa)	9.775,37	266.410,06	201.618,27	64.791,79		284,48	75.663,69	-75.379,21		7.495,82	678.486,70	-670.990,88		169.573,35	-637.965,30	807.538,65		290.585,52	1.350.958,62	-1.060.373,10		291.476,97	480.047,88	-188.571,81	

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP (DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)

Manoel

Sinal

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO																										
Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Devoio	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Devoio	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Devoio	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Devoio	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2016	Devoio	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2017	Devoio	Observação / Justificação	(1)
	2011	2012				2013				2014				2015				2016				2017				
Dívida de Curto prazo	6.268.720	6.083.422	5.828.763	1.861.340		3.291.340	1.688.083	-997.808		3.291.340	1.338.829	-871.969		3.876.668	1.918.709	-857.960		3.886.822	1.798.670	-138.157		3.943.677	948.899	-997.878		
Emprestimos de C/P																										
Emprestimos de MLP - Valor exigível C/P	462.584	575.203	527.305	-47.898		586.437	630.878	45.442		586.437	692.229	105.792		335.719	377.185	41.435		348.517	278.305	-33.728		286.088	278.308	-5.785		
Outra	5.786.136	5.448.219	4.493.458	1.818.238		1.818.238	1.853.204	-753.367		1.818.238	1.819.818	-773.791		2.748.928	1.941.525	-199.395		1.792.238	1.331.364	-460.874		1.861.689	367.794	-1.894.895		
Fornecedores e c	2.001.408	1.178.926	2.137.580	958.663		725.045	274.622	-450.423		725.045	251.908	-463.135		725.045	337.319	-387.726		725.045	208.002	-517.043		725.045	226.880	-498.165		
Fornecedores de arrendado e c	154.943	180.382	361.440	229.42		0	49.888	49.888		0	123.405	123.405		0	128.064	128.064		0	356.744	356.744		0	36.835	36.835		
Estado e Outros Entes Públicos	103.945	154.478	37.731	116.478		154.478	57.290	97.278		154.478	54.763	99.715		154.478	56.206	98.272		154.478	55.454	-99.024		154.478	42.818	-111.640		
Clientes contribuintes e terceiros	55.999	55.999	215.248	159.249		55.999	55.999	0		55.999	55.999	0		55.999	55.999	0		55.999	55.999	0		55.999	55.999	0		
Administração estadual	0	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		
Outros credores	2.579.846	1.868.435	1.941.450	73.015		870.989	635.535	-235.454		870.989	532.683	-338.306		805.358	963.917	158.559		766.728	796.165	29.437		727.167	205.233	-521.934		
Subtotal Curto prazo	6.268.722	4.018.422	5.828.763	1.862.340		2.191.948	1.684.083	-767.865		2.191.948	1.520.019	-871.909		2.076.668	1.918.709	-157.960		2.046.827	1.798.670	-138.157		1.943.677	948.899	-997.878		
Dívida de Médio e longo prazo	2.407.193	3.628.245	2.607.360	-1.829.885		3.577.409	4.288.933	633.523		3.577.409	3.588.138	2.717		2.795.808	3.888.738	292.932		2.451.331	2.711.943	260.712		2.170.243	2.598.844	428.601		
Emprestimos	2.407.193	3.628.245	2.607.360	-1.020.885		3.577.409	4.210.932	633.523		3.577.409	3.580.126	2.717		2.795.808	3.888.730	292.922		2.451.231	2.711.943	260.712		2.170.243	2.598.844	428.601		
Na âmbito do PAEL		1.493.614	0	-1.493.614		1.917.133	2.077.608	160.472		1.917.133	1.921.768	6.575		1.684.052	1.769.811	84.859		1.561.456	1.615.915	54.459		1.432.744	1.544.176	111.432		
Outros empréstimos de médio longo prazo	2.407.193	2.134.631	2.607.360	470.726		1.660.276	2.133.328	473.052		1.660.276	1.656.418	-3.858		1.10.855	1.318.919	1.208.064		889.776	1.076.028	216.253		737.499	1.054.668	317.169		
Outra	0	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		
Fornecedores e c				0			0	0			0	0			0	0			0	0			0	0		
Fornecedores de arrendado e c				0			0	0			0	0			0	0			0	0			0	0		
Estado e Outros Entes Públicos				0			0	0			0	0			0	0			0	0			0	0		
Clientes contribuintes e terceiros				0			0	0			0	0			0	0			0	0			0	0		
Administração estadual				0			0	0			0	0			0	0			0	0			0	0		
Outros credores				0			0	0			0	0			0	0			0	0			0	0		
Subtotal Médio e longo prazo	2.407.193	3.628.245	2.607.360	-1.829.885		3.577.409	4.210.932	633.523		3.577.409	3.580.126	2.717		2.795.808	3.888.738	292.932		2.451.231	2.711.943	260.712		2.170.243	2.598.844	428.601		
Total da dívida	8.665.915	7.486.668	7.428.124	-18.544		5.769.357	5.895.815	-74.342		5.769.357	5.108.166	-869.191		4.872.476	5.807.438	134.962		4.498.064	4.422.613	-75.445		4.113.920	3.544.943	-568.977		
Dívida referente a operações de tesouraria e as operações permanentemente a caução e passivos prestados por terceiros	165.573	175.508	202.040	-26.532			221.904	221.904			258.942	258.942			258.942	258.942				0				0		
Total da dívida de natureza operacional	8.830.342	7.471.180	7.428.084	-45.076		5.769.357	5.674.931	-295.346		5.769.357	4.841.228	-1.128.133		4.872.476	4.748.496	-123.980		4.498.064	4.422.613	-75.445		4.113.920	3.544.943	-568.977		

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP																																											
Descrição	Valores apresentados em candidatura				2012	Devoio		Valores candidatura		2013	Valores Executados		Devoio	Valores candidatura		2014	Valores Executados		Devoio	Valores candidatura		2015	Valores Executados		Devoio	Valores candidatura		2016	Valores Executados		Devoio	Valores candidatura		2017	Valores Executados		Devoio	(-)					
	2011		2012			2013		2014			2015			2016			2017																										
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros		Amortizações	Juros	Amortizações	Juros		Amortizações	Juros		Amortizações	Juros		Amortizações	Juros		Amortizações	Juros		Amortizações	Juros		Amortizações	Juros		Amortizações	Juros		Amortizações	Juros		Amortizações	Juros			Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações
ELVY (C) DA DÍVIDA EMLP						0	0					0	0																														
Na âmbito do PAEL						0	0																																				
Outros empréstimos de médio longo prazo	458.452	36.154	462.584	68.658	462.397	61.068	-187	418		470.542	53.959	474.033	52.605	3.491	-28.754		476.555	45.454	476.007	25.448	554	-28.006		332.165	38.381	337.479	35.634	5.334	-18.749		227.256	33.351	222.911	18.815	5.635	-18.307		224.080	29.125	41.361	6.027	-179.721	-23.298
Total	458.452	36.154	462.584	68.658	462.397	61.068	-187	418		470.542	53.959	474.033	52.605	3.491	-28.754		476.555	45.454	476.007	25.448	554	-28.006		332.165	38.381	337.479	35.634	5.334	-18.749		227.256	33.351	222.911	18.815	5.635	-18.307		224.080	29.125	41.361	6.027	-179.721	-23.298